

A Antropologia do Sertão de Pernambuco Pajeú e Navio

Jorge Mattar Villela¹

Professor Titular/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0001-5240-4654>

villela@ufscar.br

Abertura

Eu fiz uma pesquisa em antropologia em que o único material usado foi o material de arquivo. Ela resultou em minha tese de doutorado e, posteriormente, no meu segundo livro, *O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de Pernambuco*. Isso se deu entre 1999 e 2003. Eu ignorava qualquer literatura que tratasse de pesquisa antropológica em arquivo. Nem Olivia Cunha, nem Annelise Riles, nem Hull, nem Giesler. Pois essa bibliografia (assim como Pellegram e o artigo de Adam Reed na coletânea de Daniel Miller) são da mesma data da minha tese². Não sabia que eu era um pioneiro – e a partir de 2020 eu me tornei o único a saber. Dei a esse tema um tratamento rápido e intuitivo. A minha inquietação de fundo era uma suspeita de superfície em torno do conceito de “coronelismo”. Como as instituições estatais chegavam nos *rincões*, segundo as explicações marcadas pelo conceito de coronelismo, circunscrito à Primeira República, nessas circunstâncias institucionais, econômicas, demográficas, viárias etc., a distribuição do poder das instituições naquelas regiões foi representada pela história política sudestina ou litorânea sob a forma do “mando exclusivista” que comandava todas as instituições, capaz de controlar o comportamento político dos súditos. E isso foi expresso por meio da figura

-
- 1 Jorge Mattar Villela é Professor Titular do DCSO e do PPGAS da UFSCar. É co-coordenador do grupo de pesquisa Hybris e do Metis - Projeto Temático FAPESP (proc. 2020/07886-8) “As Artes e Semânticas da Criação e da Memória”. Todas as pesquisas referidas neste texto foram financiadas pela FAPESP.
 - 2 Sendo este texto a reformulação de um trecho de meu memorial para o exame de Professor Titular da UFSCar, aqui e lá, eu pedi licença para me liberar das referências bibliográficas.

do coronel, do “soba”, do “chefete do baração e do cutelo”, do “mandão de campanário”. Os nomes são vários. E do ponto de vista eleitoral se expressava na forma do voto por meio das imagens do “curral eleitoral”, do “voto de cabresto”. E eu comecei a suspeitar dessas imagens. Eu falei: não é possível que seja, nem que tenha sido, assim. A vida não é assim. É sempre possível construir uma imagem da vida como era vivida durante a Primeira República no cenário político fundiário e construir um cenário do mando exclusivista, do controle intensivo das instituições numa relação que se dá com os governadores que são os grandes comandantes no período construído pelos historiadores. Mas aí eu disse, será?

E eu perguntei: sob as circunstâncias dessa região onde e quando nasceu e viveu o jovem Virgulino Ferreira, para onde parece ter migrado o seu avô a partir da grande briga no sertão dos Inhamuns no meado do século XIX, em que todo mundo estava armado, em que vivia um “povo em armas”, em que as vinganças de sangue abundavam, em que se dispunha de altos níveis de autonomia nos conflitos, como se poderia viver sob esse regime de submissão sem que houvesse um episódio de revolta?

Como se vê, achei necessário expressar a inquietação numa só frase, ainda que ela custe seis linhas. No lugar da figura do coronel, que foi criada pelos críticos coetâneos da política da Primeira República – a figura mais popular era Alberto Torres, que é dos que popularizam o uso acusador da palavra coronel, ligada ao mandonismo –, o tratamento que eu dei à documentação a que tive acesso desvendou outra figura que assumiu o protagonismo da administração pública no Brasil. E isso ao menos no sertão de Pernambuco, no período que eu circunscrevi, segundo uma documentação a que tive acesso sob determinadas circunstâncias.

Sabe-se bem, a noção de mando exclusivista foi alvo da crítica severa de Maria Isaura Pereira de Queiroz e acompanhada por Moacir Palmeira, a despeito das diferenças de um à outra. Mando exclusivista já foi objeto de uma crítica que se manteve e ganhou vulto, relevância e influência. Negligenciar essa passagem seria fazer o que se costuma chamar de arrombar portas abertas. No entanto, essa crítica não se livrou de uma imageria que ergue ainda obstáculos para que se formule problemas ao material de pesquisa. São montagens de conceitos-obstáculos. Uma delas faz-se pensando a política a partir de uma certa imagem Estado. Essa imagem funciona como um farol de carro que impede que se enxergue o modo como as pessoas se distribuem nos bancos, as conversas que entabulam, as estações de rádio que escolhem no *dial*, o modo como reagem às notícias e às músicas que tocam nas diversas programações. Impede, enfim, que se perceba o que se torna sensível por meio da intensificação do que ocorre lá dentro. Mas se se assume uma definição de Estado como “o conjunto de procedimentos extrínsecos uns aos outros, cujos

objetivos podem ou não ser congruentes uns em relação aos outros, que se conjugam ou globalizam por ligação circunstancial provocada por cálculos que objetivam soluções de problemas pontuais e muito concretos (...) por meio de estímulos diversos”, como o fiz noutro texto, já não se pode manter o farol do carro aceso. A partir daí se pode lidar com a pergunta “como isso funciona?”.

Ver “como funciona”: 1) retirar do plano extensivo a figura molar do Estado, seja imperfeitamente encarnado no coronel municipal, no coronel estadual ou em quaisquer de suas encarnações; 2) redistribuir os existentes no Ser reabilitando as deliberações libertas do coronel imaginado. Quase essa era a recomendação da tese em História, defendida na Unicamp no ano 2000 por Maria Fortunato, que tanto me impressionou na época. Abriu-se a possibilidade de minoração que só se pode efetuar por meio da aproximação com o real vivido, passando-se do mero extensivo ao plano das intensidades concretas. É na pele, apenas em presença, pois só a presença confere o que Bento Prato Jr. identificou na obra de Bergson como “adequação ‘dinâmica’ à duração do objeto”. Só por meio dessa exposição se pode conhecer os funcionamentos. E isso só se pode dar em pesquisa de campo de longa duração.

A minha pesquisa de campo foi e deixou de ser nesses moldes. Eu passava o dia inteiro dentro dos arquivos desde a hora em que me deixavam entrar até a hora em que eu era expulso. Mas foi uma pesquisa de arquivo com uma peculiaridade: ela só pôde se realizar lá onde as coisas registradas nos documentos ocorreram. E isso se deu nos arquivos dos fóruns das comarcas de três municípios do Sertão de Pernambuco. Para consultar os arquivos eu tive de morar lá onde os acontecimentos se deram e foram registrados segundo uma forma específica, regras discursivas rígidas e padronizadas que são as do ambiente do Direito e do registro processual.

Pesquisa, inquietação, formulação de um problema, constatação e seleção de um material que foi selecionado por conta da inquietação, um material de arquivo do qual parte importante dele se situava lá no lugar em que as coisas que estão registradas aconteceram. Essas foram as condições de base de minha tese de doutorado.

Arquivo e Método

O que foi registrado nos processos não foi o que aconteceu, mas se liga ao que aconteceu segundo exigências singulares e ambiências indissociáveis do lugar onde as coisas aconteceram. Eu não fui a um arquivo (embora tenha também ido, por outras razões) que estivesse situado em Recife procurar o registro do passado sob a forma de expressão documental. A forma de expressão documental constante nos arquivos dos fóruns que selecionei foi a do processo-crime, processos de crime contra a vida.

Em Recife, frequentei no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, que é o arquivo do Estado de Pernambuco. Todos os arquivos oferecem condições de pesquisa. O APEJE oferece certas possibilidades e certos obstáculos, assim como os arquivos das comarcas que estavam ainda nesta época nos lugares onde as coisas aconteceram. Há cerca de 10 anos tudo foi transferido para o Memorial da Justiça de Pernambuco, em Recife. E o que aconteceu é que os arquivos estavam numa condição que se poderia caracterizar como a de um não-arquivo. As pastas jogadas entre cupins, evidências de crimes recentes, mofo. Num dos municípios estiveram na iminência de serem destruídas e estavam ali até o momento porque destruí-las constituía um crime. Por outro lado, o acesso era irrestrito. A partir do momento em que eu obtive autorização para me sentar dentro dos arquivos, quando puseram uma mesa e uma cadeira em cada um deles, eu pude fazer todas as consultas, sem nenhuma demora porque eu mesmo ia até as pastas procurar o que eu queria. Eu tinha que ir procurar o que eu não sabia que existia nesse intervalo de 1880 a 1940. O intervalo, vale logo adiantar, foi o efeito do próprio circuito da forma de conteúdo dos processos, embora eu tivesse a intenção de demarcá-lo entre 1889 e 1930, obedecendo a periodização vigente na história da política no Brasil. Eu fui a primeira pessoa a tocá-los desde que foram condenados à morte lenta daquelas caixas.

No Jordão Emerenciano eu precisava e dispunha de um arquivista de enorme qualidade e interesse. Dos raros. A sua mediação mesma, ao passo que facilitava e acelerava o processo, permitia ver predominantemente o que ele conhecia e do que se lembrava e que, na medida que ia compreendendo mais os meus interesses, ao mesmo tempo em que os moldava, enriqueceria a minha pesquisa. Nada, até o momento em que estudava o tema da violência e do cangaço, havia sido escrito a respeito do material que o formidável Hildo Leal Rosa, o arquivista e depois diretor do APEJE, depositava em minha mesa a cada dia. Assim, também, salvo pelo arquivo da comarca de Floresta, examinado pouco antes pela historiadora Patricia Sampaio para a sua tese na EHESS, todo o material dos processos nunca havia sido estudado desde o dia em que fora afastado para os depósitos onde os encontrei. Ninguém os havia lido, porque os historiadores do cangaço não se interessaram por documentos dessa natureza. E porque os historiadores, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos da capital nunca se interessaram pelo sertão. Um levantamento que fiz em 2008 nos programas de pós-graduação da UFPE mostrou não mais de uma dúzia de teses e dissertações a respeito do sertão, algumas a respeito da globalização em Petrolina, outras sobre índios do Nordeste. O Agreste tinha um destino mais esquecido. Apenas um trabalho. Portanto, o material que utilizei era inédito, quase todo ele, em sua enormidade.

Qual foi o liame que levou a essa seleção? Que relação preexistia entre a inquietação inicial e a escolha desse material como o privilegiado para dirimir a dúvida “será que foi assim mesmo?”.

Para esclarecer esse ponto, vou relatar brevemente a versão geral da primeira intriga dos filhos de José Ferreira, um sitiante que recebeu de presente um sítio de uma matriarca da família Nogueira, proprietária da fazenda Matinha, em Serra Talhada (à época, Vila Bela), na divisa com o município de Floresta, no antigo distrito de São João do Barro Vermelho. O sítio se chamava Passagem das Pedras e confinava com a de um parente de Maria Manuela de Barros Nogueira, a doadora do terreno. Esse vizinho se chamava José Alves de Barros, conhecido como Zé Saturnino, filho de Saturnino Alves de Barros, parentes dos Nogueira, de quem os filhos e filhas de José Ferreira, pai de Virgulino, eram afilhados de batismo. Esse rapaz é considerado na literatura e na tradição o primeiro inimigo dos jovens irmãos Ferreira. Foi uma dessas circunstâncias que, como etnografou pela primeira vez Ana Claudia Marques, se chama ali de uma *intriga*, uma *questão*, relacionada à acusação de roubo de bodes ou de danos a chocalhos de bode. É um fato impressionante que um caso modesto como esse tenha desencadeado um dos maiores fenômenos de banditismo das Américas, quando não do mundo. Seria preciso que houvesse um ambiente que criasse as condições para que um acontecimento discreto fosse alimentado até ganhar essas proporções. Um ambiente de vingança de família, o que em antropologia recebe o nome inglês de “feuding society”, acompanhado de uma enorme literatura.

Onde esse ambiente que é o da violência podia ser registrado o mais proximamente dele? Nos processos-crime. Onde se faz coleta e registro formalizado dos acontecimentos no momento em que as pessoas, sujeitas ao dispositivo jurídico-policial, mas ainda no calor das emoções, dos ódios e das alianças; esse foi o lugar que me pareceu ser o mais adequado para lidar com a inquietação que me assaltou após a realização do mestrado.

Desse material apareceu um novo protagonista da administração pública, eu dizia acima mantendo até agora o suspense e o retomo para dar andamento ao tema da família e do parentesco. Ele foi a base concreta do ordenamento dos conflitos no Brasil e de seu funcionamento. Não mais a figura molar do coronel da qual resultou o conceito político de coronelismo, mas a personagem molecular do Inspetor de Quarteirão que gerou o conceito de povo em armas.

Quem era o Inspetor de Quarteirão? Era o delegado nas regiões rurais em que não havia sequer uma vila. Onde não havia vila não havia subdelegacia e a ele, ao Inspetor, era delegada a manutenção da Ordem Pública e da Segurança Individual. O que os processos dão é o fato de que eles eram escolhidos por conta da sua *fama*, noção central

para se entender a administração pública até os dias atuais, ambiente privilegiado para a compreensão plena da sua abrangência.

De todos os inspetores de quartirão, um entrou para a história do Brasil, passando das sombras à luz: Clementino José Furtado. Filho do município de Triunfo, brejeiro, portanto, nascido entre as canas e os engenhos de rapadura do então distrito de Santa Cruz da Baixa Verde. Inspetor de quartirão responsabilizado criminalmente por uma morte, *desmantelou-se* e virou cangaceiro do bando de Lampião. Na década de 1930 reapareceu oficial da polícia paraibana de João Pessoa, na luta contra o “cangaceirismo político” sediado em Princesa, lugar central da resistência nordestina à Revolução de 30. Clementino José Furtado, o Clementino Quelé, foi o alvo privilegiado da denúncia dos Pereira de Queiroz, barões da imprensa pernambucana em sua vingança jornalística contra o primo, governador da Paraíba, por causa de problemas fiscais. *Intrigas*, portanto, de família, mesmo ali onde um dia a grande historiadora das oligarquias paraibanas entendeu que se deveria separar política e família. Quelé havia sido arregimentado pela sua *fama* na via das armas, comprovada em cada etapa de sua vida.

Método e Matéria

Um conceito como esse só se pode oferecer a partir de uma combinação do convívio com a matéria. Ele aparece nos processos e é vivido no cotidiano. Como se forma uma *fama*? Ela é formada não apenas do que alguém é. Entender a formação e a manutenção de uma *fama* exige que se aceite que só se é alguém quando formado desde uma trama de parentesco estrangida pela gravidade do chão em que se pisa. Ela pode ser dita com assombro, mas pode ser dita também com admiração. Ela desperta temor e evoca respeito. Mas *fama* tem um problema intrínseco. Ela pode deslizar para o *desmantelo*, de quem é comadre e vizinha. A *fama* aponta necessariamente para o problema da memória manifesta sob a égide do parentesco que no sertão assume a forma da genealogia e se expressa na imagem do *sangue*.

Esse é um signo. O outro é a quantidade enorme de processos crime que envolvem os inspetores de quartirão e indicam uma gestão da violência nucleada em personagens sem os quais não haveria delegacia, prefeitura, governo estadual. Eles desempenharam a função e impediram que uma convivência de conflito iminente escapasse para o conflito permanente ou, ainda mais grave para a República, que elas fossem presididas pelas relações que imperavam no lugar, as relações terra-a-terra, mas sem, ao mesmo tempo, que elas fossem desfeitas, perdidas ou meramente substituídas.

Essas relações de conflito iminente que exigiam atenção e manutenção de alianças e vínculos, de solidariedades, de condutas, de afastamentos e aproximações, acordos e compromissos, acoplavam-se e conformavam-se a estruturas e regimentos, de normas e de leis, como, por exemplo, a ordenamentos político-jurídico e judicial. O inspetor de quartirão – traço de união, receptor sináptico nessa ligação instável e incerta – recebia a tarefa e a acolhia, numa determinada região em que ele era recrutado para reprimir um desmando. O que ele fazia? Ao que ele era requisitado? A expulsar ladrões, a extinguir ações violentas entre vizinhos, a trocar tiros contra bandos de cangaceiros instalados num mato em fuga das autoridades, a dar *retaguarda* às forças policiais provenientes da sede municipal. Como ele fazia? O que estava à sua disposição para responder a essas convocações? *Convidava* os parentes para formar um microgrupo de base familiar. A noção eu a criei, pois que essa formação móvel, sem determinação, instável, mas cujos contornos flexíveis aterrissavam no real por meio do argumento do *sangue*, desencadeavam, ou garantiam em certos casos, os grandes conflitos, as grandes *questões* dos grandes capitães de cangaço. Das que promoveram memória patrimonializada no sertão de Pernambuco, como museus e coleções. Porque todos os grandes capitães de cangaço, salvo Virgulino Ferreira, o Lampião, eram de grandes e antigas famílias do Sertão de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba. Famílias prestigiadas, de poder, altas patentes na Guarda Nacional e honrarias desde o período monárquico. Era a essa formação, o microgrupo de base familiar, sem o qual não se entende a de povo em armas, que o inspetor de quartirão se dirigia para cumprir as duas diligências. E era a existência dela que conferia a ele o seu cargo.

Apelei aos capitães do cangaço para sublinhar que nas grandes brigas de família havia gente capaz de arregimentar, ou atrair, vários microgrupos de base familiar formando bandos instáveis de mais de cem homens armados voltados para um ataque a um inimigo, um alvo selecionado no conjunto dos seus inimigos. Homens de *fama* eram capazes de fazer aderirem às *questões* de sua *família* outros microgrupos arregimentados por outros homens de *fama*.

Onde esses ataques tornavam-se visíveis, ao ponto em que é visível o que foi e não é mais, mas que foi objeto de um registro apto a ser arquivável? Nos processos crime. Neles, por exemplo, estava claro que naqueles ataques os atos não visavam a propriedade de outra pessoa. Não se tratava de roubo da propriedade móvel nem da imóvel. Não se tratava de roubar bois, nem bodes, nem farinha. E para deixar claro que não se pretendia um ataque pecuniário, destruía-se. Matavam-se os bois, queimava-se a casa de farinha, destruía-se os objetos da morada. Maltratava-se os moradores. O objetivo também não

era confiscar. Os alvos não eram confiscáveis nesses termos. Era, porém, o enfraquecimento das condições objetivas de resposta.

O material de pesquisa que selecionei e que tive a sorte de encontrar me dava tudo isso. E tudo isso me dava uma imagem dos funcionamentos político-existenciais e da gestão pública muito distante da imagem do coronel e do conceito de coronelismo. A imagem resultante foi a dos microgrupos de base familiar, da qual resultou, repito, o conceito de povo em armas composto pelos microgrupos em suas intrigas e em suas *questões* tragadas para dentro da gestão do município por meio dos homens de *fama*, dos *homens valentes* e dos *valentões* e dos *homens brabos*. Mas não menos por meio dos *mansos*, desde que a mansidão diferisse claramente da frouxidão, assim como o *valente*, o *homem de vergonha*, que poderia também ser um *manso*, se distingue do *valentão*.

O silêncio dos processos deixava nas relações de uns com os outros, mais do que cada um deixa ver, a persistência dos grupos que entravam em conflitos. As *intrigas* se dão na convivência e na contiguidade. E a contiguidade, na zona rural, decerto, mas até mesmo as urbanas, era necessariamente a do parentesco como vetor de bando. A expressão do *Mille-Plateaux* caiu como uma luva para as minhas pretensões. Parentesco como ambiente de conflito que gera solidariedades derivadas do conflito. Por isso, a terra, a solidariedade, as ajudas, as amizades, os vínculos são objetos constantes de *atenção e cuidado*.³

Um conjunto de práticas, inclusive as discursivas, integram no parentesco aspectos da vida que eu não integraria antes da pesquisa para o doutorado. Essa integração e a gestão das circunstâncias se articulam com o procedimento normativo e legal, por meio do inspetor de quarteirão; de modo que tornam o sangue, neste sentido específico e muito empírico, um condutor ético. O instrumento que era a inspetoria de quarteirão dava contornos concretos aos procedimentos abstratos de segurança pública imaginados pelos juristas, muitos formados pela Faculdade de Direito de Recife, que assumiam cargos políticos. Eles eram obrigados a notar que ela, a segurança pública, não era apenas obrigada pelos procedimentos que criavam. E era gente familiarizada com o que havia de mais moderno na luta contra o crime e a desordem, e das discussões da criminologia, da filosofia e da sociologia no mundo daquela época. Esses grandes intelectuais idearam, por seu lado, depurando em seus escritos, o que era impossível de distinguir na vida comezinha: o sangue, o território e a vingança e a administração pública da violência. O efeito concreto e decisivo do esforço ideal em confronto com a mão de ferro da necessidade, isso é do

3 Essas duas palavras exigem gasto de páginas. Serei o mais breve possível: elas se oferecem à dupla sinonímia: no sentido de aliança é preciso ser atencioso, cuidar das pessoas sempre que elas necessitam, mesmo, e talvez acima de tudo, quando só mostram tacitamente a necessidade; no sentido do dissenso é preciso ser atento contra os inimigos e cuidar para não ser alvo fácil das emboscadas, não acumular *intrigados*.

mais interessante, é que as forças policiais foram assimiladas, como tais, às solidariedades passivas e ativas das vinganças, tanto na sensibilidade acadêmico-política e administrativa, quanto na dos sertanejos.

Daí foi exigida a passagem a outro arquivo (uma nova matéria, outro método). O arquivo que se dirige às autoridades estaduais. Relatórios de juízes de direito, de delegados de polícia, de chefes de polícia, secretários da ordem pública das câmaras e do senado. Portanto, um salto para o terceiro dos livros que publiquei, *Ordem Pública e Segurança Individual*. Nele, o segundo capítulo foi dedicado a esse material e a esse problema escandido e fusionado simultaneamente pelos ocupantes de cargos cuja definição poderia ser clara nos organogramas institucionais, mas que no cenário que encontrei eram lugares de passagem de textos que circulavam das cidades do *interior* para o governo de Pernambuco no curso de cinco décadas. Encadernadas as páginas impressas nas gráficas e não mais manuscritas, em textos cuidadosamente redigidos, cujo conteúdo aglomerava mensagens de vários municípios, não mais apenas os três circunscritos em *O Povo em Armas*. Seus autores ajuntavam às informações e aos gráficos, por vezes, teorias e planos de transformação do *interior*, lugar selvagem, *inculto*, onde viviam *tabaréus* de quem a malícia dos políticos se aproveitava. O sertão era exposto nesses escritos por autores que transitavam facilmente da sociologia à criminologia, à teoria jurídica, à psicologia coletiva, aos estudos do meio e à política propriamente dita.

Essa documentação alimentava os relatórios dos governadores. Esses, por sua vez, alimentavam o *interior* com mais policiais, mais regimentos, mais batalhões, a cada ano, a cada década. Até que se fez no sertão de Pernambuco, ao menos desde 1907 até 1940, sem interrupção, a zona da mais longa, mais desconhecida, mais ignorada, mais negligenciada ocupação militar da história do Brasil. Essa ocupação prolongada e agressiva formou seu corpo armado nas bases dos microgrupos de base familiar. Memória que se expressa no fluxo do sangue que escorre pelas vias genealógicas, que se firma, muda, aglutina, dissolve, em meio a um ambiente existencial cujos conflitos são iminentes.

Matéria Viva

Outro tema que permaneceu em meio às minhas preocupações e se transformou em publicações durante 15 anos foi o da política eleitoral e a democracia. E aqui a passagem exige muita nitidez porque ela foi feita por meio de três caminhos: 1) o da influência das pesquisas então em curso no NuAP e agora este relato se situa no ano 2000; 2) o do volume de conversas, projetos, planos, prospecções, estratégias e estratagemas eleitorais em curso em 1999, quando morei em Triunfo, em torno das eleições que ocorreriam no

ano seguinte; 3) a intuição que me fez notar que as eleições desde a Primeira República até os dias atuais se faziam seguindo esquemas segmentares. Problemas concernentes à distribuição e à deliberação.

Começamos pelo último caminho: o tema da segmentaridade que me influenciou desde o final da década de 1980 por meio da leitura do *Mille Plateaux* e do artigo clássico de Jeanne Favret sobre a segmentaridade no Magreb, e ganhou firmeza etnográfica pela leitura que fiz do *Poetics of Manhood* de Michael Herzfeld, orientada por Marcio Goldman e Ana Claudia Marques. Apesar de ser um conceito antropológico cujos desvios de sua construção sociológica foram desenvolvidos pelos antropólogos africanistas da década de 1930 e 1940 e conduzido ao mundo islâmico por Frederik Barth no Paquistão em 1959 e Ernest Gellner no final dos anos de 1960, foi por aquele caminho a-disciplinar que ele me fez impressão. Pois apenas ele desfez o binarismo hierárquico sociedade centralizada/sociedade segmentar ratificada pela sociologia francesa. A dificuldade de encaixar esse tratamento mais antigo do conceito no sertão se deveu ao obstáculo de ele estar reservado a sociedades unilineares, descentralizadas; dificuldade superada nas reflexões antropológicas pelo tratamento dado a ele no esquema das vinganças e da luta anti-colonial no Norte da África, por Favret, e nos Estado Nacionais, por Michael Herzfeld. No ano 2000, durante uma disciplina ministrada por Marcio Goldman, a leitura do livro de Richard Graham, sobre política no Brasil do século XIX deu ensejo a pensar o Brasil como um Estado-Nação que se constituiu pela segmentaridade fornecida pela centralidade das eleições como modo de governo, tema a que retornarei quando falar de um dos últimos artigos que escrevi sobre esse tema, intitulado “Elecciones todos los días”, encomendado pela *Revista de la Facultad de Derecho de México*, num momento em que minha pesquisa já se havia transposto para o tema dos mortos, assunto que tratarei adiante.

Como venho de escrever, os microgrupos de base familiar eram abertos à formação de grandes bandos dada a oportunidade dos recursos fornecidos pelas grandes famílias às *questões* menores cujos integrantes haviam caído na clandestinidade, uma vez *desmantelados*, perseguidos pela justiça e pela polícia. Impedidos de trabalhar, os homens em armas procuravam refúgio nas grandes *questões*, de onde recebiam armas e proteção, podendo, assim, atacar seus desafetos imediatos que costumavam conjugar-se no bando inimigo. Bandos flutuantes, foi o nome que dei a eles, baseado no conceito de “fleet in being” que retirei, ainda no mestrado, do *Vitesse et Politique* de Paul Virilio.

Desde o pequeno volume que obtive das correspondências privadas dos políticos sertanejos e da observação direta das conversas a que fui exposto quando de minha primeira e mais longa permanência em pesquisa de campo, notei que o mesmo acontecia

na procura da obtenção de votos. Desse movimento, além de diversos artigos, publiquei o livro *Política e Eleições no Sertão de Pernambuco*. O subtítulo (O povo em armas) já dava a ver a estreita relação da política eleitoral com o esquema das vinganças, embora a expressão propriamente dita não fosse a da violência. Não há quase registros de violência armada durante a *época da política* que acompanhei em ato ao longo de 15 anos, ainda que os houvesse durante a Primeira República, constatada tanto nos processos crime, quanto em outros arquivos.

O essencial da ligação das vinganças às eleições situava-se noutra lugar. E esse lugar é a memória, a terra e o parentesco. A começar pelo fato de que o parentesco não funciona como base objetiva, material ou natural para as composições políticas. As famílias entram na política ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento que as compunham. As que se situaram a distância da política eleitoral e partidária são fracamente reconhecidas como famílias, não formaram memória genealógica e, por isso, não ganharam densidade, salvo de empréstimo das famílias políticas em que se prendem. O traço do sangue se prolonga no tempo e nas cadeias genealógicas, mas só não se apaga em meio às *questões* e à *política*.

Só mesmo na observação em ato esse aspecto pode ser detectado: testemunhei a formação de uma *família* em torno de uma candidatura a vereador. Era uma família da zona rural de um distrito afastado de sua sede municipal. Ela tinha um casal como ponto de partida e que se situava duas gerações acima do vereador, cujos primos haviam já se urbanizado desde a década de 1980. Mas foi a geração imediatamente abaixo desta que se educou no nível superior, criou celebrações da própria família, um calendário, canções e uma genealogia; fez uso das então recém chegadas e recém apelidadas “novas tecnologias” e apresentou ao município esta nova *família*. Várias técnicas, não apenas a da canção, foram tomadas de empréstimo às “famílias antigas” que dispunham do prestígio histórico, dos livros de genealogia, do acesso mnemônico a 5 ou 6 gerações ou mais pelos memoriosos e outros genealogistas que foram pesquisar nos arquivos paroquiais, municipais, estaduais e, em um caso no mínimo, na Torre do Tombo, em Lisboa. Eu não me havia percebido ainda, mas estava diante de mim um aspecto da política eleitoral e partidária que é a relevância das vidas dos mortos na política dos vivos, tema de um dos meus projetos de pesquisa. Estampados na minha cara, seus retratos pendurados nas paredes das casas, segundo a patri e a matrilinearidade do casal residente, nos túmulos dos cemitérios, os mortos fazem política ao fazerem genealogia.

A feitura do parentesco se dava em aliança com a política de um jeito tão segmentar quanto o das vinganças porque havia também nas eleições microgrupos de base familiar capazes de arregimentar votos, num crescente semelhante ao que redundava nos grandes

bandos de cangaço. Sempre houve e há, para usar a expressão de Moacir Palmeira, “eleitores de votos múltiplos” que recrutam em sua sabedoria o que ele também chamou de “solidariedades fundamentais”, por conta do todo virtual e pré-nominal do parentesco (“aqui todo mundo é braiado”, “todo mundo é parente de todo mundo”, se diz no Sertão Central), que se realiza no convívio e nas ajudas, na pedagogia e na educação, nas inimizades e nas *questões*, mas também na *política* e no voto.

Enfim, uma breve incursão no parentesco, tal como o vimos funcionar, Ana Claudia Marques e eu, no sertão de Pernambuco. Ele guarda íntimas relações com um certo ambiente de pesquisa do parentesco na antropologia que resultou do momento Schneider, deve a ele, mas sofre as poluições dos estudos das sociedades camponesas, a diferença dos efeitos desse momento nos resultados provenientes da antropologia do Reino Unido e conseqüentemente do modo como eles aportaram no Brasil e, acima de tudo, do capítulo “Selvagens, Bárbaros e Civilizados” de *O Anti-Édipo*. Tornar essa apresentação nítida em apenas dois parágrafos é uma tarefa complexa e exigirá, como estratégia que elegi, deixar de lado muito do que foi dito pela (então) nova antropologia do parentesco para enfatizar o aspecto etnográfico das nossas pesquisas e dos nossos resultados.

A variação do uso da palavra *família* dificulta a identificação unívoca do sentido local da noção de casa aos conceitos antropológicos ligados a essa palavra, mas *casa* está no cerne da noção de microgrupos de base familiar. Diferentes aspectos remetem aos “grupos domésticos” e, portanto, à convivialidade, exigência que foi requerida tanto por Janet Carsten e, um ano depois, independentemente, por Louis Marcelin, a partir de suas respectivas renovações do conceito gerado por Lévi-Strauss. As *casas* no sertão se ligavam entre elas e constituíam formações mais amplas, atadas por um personagem ancestral chamado *tronco* e cuja localização nas genealogias é determinável (mas não necessariamente determinada) por meio da sua biografia. O tronco dá a essa formação, em certos casos chamada de *linhagem*, um nome geralmente caracterizado por um dos prenomes do *tronco*.

As *linhagens* comprimem-se nas segmentações ajustadas à noção de *família* e com elas se confundem por meio do reconhecimento de pertença que se costumava fazer simultaneamente pelo sangue, expresso na nomeação, e pela terra, transmitida para a geração seguinte de acordo com as leis brasileiras da herança, gerando as vizinhanças familiares das quais decorrem, entre primos, as *intrigas*, as *questões*, os casamentos e as solidariedades. As segmentaridades linhageira e territorial, de ramificação e entroncamento, são parcialmente coextensivas e podem ser observadas na sinalética das orelhas dos bodes. Chamadas “assinaturas”, elas são a expressão gráfica dessas

dinâmicas. Elas são a escrita da genealogia paralela à que aparece nos livros escritos pelos memorialistas. Cada criança nascida ganha seus cabritos no momento da primeira estação seca e, com eles, um arranjo dos sinais que é exclusivamente dela, criada pelo pai no momento mesmo do recorte das orelhas.

Constatamos, Ana Claudia Marques e eu, que a genealogia se divide em dois sentidos principais: primeiro, ela designa o já mencionado estoque virtual, intensivo, pré-nominal de parentes. Expressão que retirei do *Anti-Édipo*. Pura intensidade, ela prescinde do aspecto discursivo e descritivo do parentesco. Todo virtual, só se atualiza em fragmentos no cotidiano. A expressão “destrinchar o parentesco” permite compreender o processo que consiste em transformar o confuso em analisado, o intensivo em extensivo, a pura e inútil consanguinidade contínua e indiscernível na atividade política, o pré-individual, em pessoa. A assinatura das orelhas, a enunciação de “troncos”, as terras e as linhagens são formas de atualização, no sentido extensivo-atual da genealogia, que também redundam (ou manifestam-se) numa pedagogia do parentesco.

Essa segunda acepção ou uso da genealogia, atualidade em prática, exige a enunciação oral, escrita ou sinalética. Os livros de genealogia que proliferam em Jordânia são a expressão política e, conseqüentemente, extensiva de um estoque de filiação virtual-real. Melhor, são uma atualização política a funcionar segundo critérios seletivos que distinguem os parentes dos não parentes. Parentesco dito ou escrito, embora considerado como a genealogia em sua totalidade, recorta o contínuo genealógico virtual com o instrumento político da memória. Escrita, a genealogia confere prestígio e dignidade a quem se inclui e é incluído nela; e provoca o desgosto nos parentes que ela exclui. A política é o rizoma em meio à arborescência da genealogia. Ela, a genealogia, dá à política o aspecto radicular do sangue. A genealogia, em sua imagem arborescente, resulta da política, de suas coagulações no sangue.

Quando um relato genealógico pretende englobar a totalidade do estoque de parentesco ele é negligenciado e considerado uma tarefa inútil, pois contradiz as implicações políticas do memorialismo. O sertão de Pernambuco desmente o dito anglo-saxão: lá, o sangue não é mais denso que a água. Nem menos denso. Também desmente o trocadilho com o qual Peter Loïzos caracterizou a política entre os cipriotas: o sangue é mais denso que a política. No sertão, a política adensa, mas também fluidifica o sangue. Que lástima o grande sociólogo francês ter considerado esse um conjunto de práticas e de reflexões decorrente de um “discurso de ocasião”. Decerto ele era mais do que isso mesmo no Béarn.

No sertão *sangue* é prole, filiação, família, gente de alguém e de algum lugar, de alguma ascendência, *raça*. Ele faz perseverar, em continuidade, costumes, hábitos, comportamentos, *fama*. O sangue é condutor. Faz de alguém *manso*, *brabo*, *valente* ou *mole*. E conduz também a política, pois há quem a traga no sangue, como se dizia frequentemente. O sangue responde pelos traços de caráter, pela fisionomia, pelo andar, pelo humor de cada um. Cada um é, ao mesmo tempo, um indivíduo original e o resultado da mistura dos sangues materno e paterno; um feixe de relações; um adensamento por intensificação. Ele também é agente e paciente de seleção, pois não se herda as características transmitidas por ambos os pais na mesma proporção. O adensamento torna sensível, por intensificação, um conjunto de relações características, uma *fama*.

Política

Essa abordagem é o caminho imediato que percorri no estudo da política eleitoral no Sertão Central de Pernambuco. Se *O Povo em Armas* atacou o coronelismo, esse trecho da pesquisa refutou as explicações marcadas pelas noções gêmeas de patronagem-clientelismo. Dois artigos diretamente ligados ao tema da circulação de recursos foram publicados em 2002 e em 2005 e mostraram que um dos dois princípios que garantiam as teses da patronagem estavam ausentes nas eleições em Pernambuco: o monopólio dos recursos e, conseqüentemente, a formação de egos fixos no interior das redes de apoio. O monopólio era impossível porque os recursos eram variados demais e sua criação, virtualmente ilimitada. A criatividade das e dos candidatos para entabular vínculos eleitorais era inesgotável. Os recursos não seguiam uma linha filiforme cujos caminhos derivavam de um ou de alguns centros emissores e eram reunidos e distribuídos num esquema de *brokerage*. A maior e mais importante parte deles era criada nos laços já elaborados no interior das cadeias de parentesco e solidariedades existentes no lugar. E a fluidez do sangue bloqueava a cristalização de egos nas redes. Ao invés de centralizar, esse processo era de capilarização do poder de fazer votos. Isso, do lado das candidaturas. Do lado de quem dava os votos, esse panorama tornava a um tempo possíveis e indetermináveis as adesões eleitorais. Se havia eleitores e eleitoras de voto múltiplo, capacidades de dar a uma candidatura vários votos, um único eleitor já era, em si mesmo, muitos. Suas dívidas e seus créditos abriam-lhes as portas para ligações diversas, fazendo seus cálculos complexos e, em certos casos, suas escolhas finais delicadas.

A situação mais flagrante era a do município que Ana Claudia Marques chamou de Monte Verde que viveu, durante todos os anos em que fiz pesquisa lá, o que chamei de “eleições silenciosas”. Ao contrário das eleições ruidosas de todos os outros municípios

ao redor (ruidosas, incluídas aí, e com protagonismo, as sonoras), nas declarações firmes e explícitas dos e das eleitoras em seus candidatos, sendo essas declarações a própria esperança de vê-los eleitos), as e os monteverdenses preferiam omitir as suas adesões para não arriscarem futuras possibilidades de *pedidos* a vereadoras e vereadores eleitos e para, como insistiam em dizer, não “desgostar ninguém”.

Esse silêncio insondável era também entendido como o signo das *falsidades* e das *mentiras* do eleitorado, como o foi, no século XIX europeu, entendido o voto secreto – a cabine eleitoral como o lugar de todas as traições. Afinal, as e os candidatos não suspeitavam menos das promessas das e dos eleitores que estes das daqueles. Para quem vai aderir a uma candidatura, no entanto, não era conveniente queimar as pontes que foram cruzadas. Essa é uma das inúmeras “políticas de eleitor”, como chamei o conjunto de táticas e estratégias postas em movimento por todas as pessoas que dependiam mais ou menos da política e que não lançavam candidaturas – vale aí incluir tanto prefeitos e vereadores nas eleições para deputados, quanto deputados nas eleições municipais. Pois – e essa é uma descoberta de Marcio Goldman, ideia que se aplica completamente aos meus resultados de pesquisa – eleitor e político são apenas posições circunstanciais.

A indeterminação do voto, contudo, não se esgota nessa modalidade de cálculos, os do medo de perder apoio futuro, os da falsidade e a ganância de tentar obter recursos de diversos candidatos. Ela se complexifica na dificuldade insuperável da legislação brasileira nos obrigar a votar em apenas um candidato. Isso é muito claro para quem vota. Como escolher uma entre todas as pessoas a quem se deve uma ajuda eleitoral? Como se nega o voto a quem saiu de casa de madrugada para levar a mãe ao hospital em seu carro? A quem salvou uma família de uma dificuldade financeira? A quem cuidou com tanta atenção de um doente quando internado num hospital? A quem tirou da cadeia um irmão ou um filho? Como os recursos são criados *ad hoc*, os laços são sempre em multiplicidade, nunca duais, como imaginaram os fundadores das teorias da patronagem na América Latina, ao longo dos anos de 1960. Diante dessa dificuldade, os monteverdenses, para “não desgostar ninguém”, calavam-se quando interpelados quanto a suas adesões eleitorais. A quem iam dar uma ajuda? A quem podiam negá-la? Não era direito dizer em público.

Seria prudente que eu encaminhasse a discussão diretamente para o tema da crítica que constituí ao conceito de patronagem. Ela foi redigida várias vezes, mas nunca a considerei suficientemente fatal para publicá-la, ainda que o prof. Aaron Ansell e a profa. Ashley Lebnner me tenham estimulado a fazê-lo durante vários anos. A mais recente ocorreu ao longo do ano de 2022 quando, após ter participado como comentador de um artigo dela publicado na *Current Anthropology* sobre amizade, comecei a escrever um artigo sobre as

visitas eleitorais, um tema que sempre escapou de ser o núcleo de todas as etnografias que escrevi sobre eleições. O cerne do artigo seria uma apresentação que fiz num painel da AAA organizado por Aaron Ansell. O modelo comporta algum exagero, mas assim eu o enunciei na AAA: o Brasil é uma democracia eleitoral baseada em visitas. A frase acima é hiperbólica, etnograficamente hiperbólica, pois nem todas as candidaturas obtêm cargos por meio das visitas. Mas nenhuma abre mão das visitas. No sertão de Pernambuco as visitas são cruciais, não apenas, mas sobretudo, na zona rural. A importância desse ato é vasta para a compreensão da democracia no Brasil, como foi revelado em diversas etnografias resultantes do NuAP.

As visitas não se fazia sozinho. Elas eram feitas em grupo. Os grupos compunham-se de uma base fixa, a da candidatura mesma, o número variando segundo o *prestígio* da ou do candidato ou do cargo, já que os grupos que acompanhavam o prefeito eram sempre os das candidaturas à câmara mais próximas a ele; uma parte variável, segundo a localidade visitada. A escolha do lugar, da logística, a ordem, obedeciam a um cálculo geralmente muito difícil de sondar. Apenas os candidatos menos experientes precisavam de anotações para lembrar-se de onde ir antes, por quanto tempo e, uma vez lá, que casas visitar antes e depois, onde permanecer mais e menos tempo. Esse último cálculo era feito, na verdade, pela parte variável do grupo visitante. As visitas aos lugares não eram realizadas da porta para fora. O grupo entrava, sentava-se, comia e bebia, conversava, ouvia e falava. As negociações eram feitas em particular, fora das casas quando elas não tinham um cômodo apropriado para essas conversas quase-secretas. Segredo de polichinelo. Todo mundo sabia do que se tratava, mas a etiqueta das visitas impedia que a *política* manchasse a recepção que os anfitriões desejavam limpa⁴. Como se sabe, a hospitalidade sertaneja é tão famosa quanto a vasta literatura antropológica e filosófica a respeito desse belo assunto em sua diversidade histórica e geográfica, ao longo da qual se chega a dizer que a hospitalidade não faz parte do vocabulário político⁵. Já insisto nele, mas não vou abandonar ainda o tema da composição dos grupos visitantes para ligar nitidamente as duas manifestações dos microgrupos de base familiar e por ela reservar uma curiosa relação com uma tese importante defendida por um siberianista famoso. A parte variável do grupo é a local, composta por quem trabalha nas candidaturas, que presta consultoria

4 Insisti muito nesse termo, etiqueta, para as condutas eleitorais. Ele serve para candidaturas a prefeito, vereador, mas também para as de deputado. Já veremos. Essa mesma palavra foi empregada por Ana Claudia Marques ao descrever o modo como *intrigados* deviam seguir uma etiqueta de evitação de presenças se não queriam ver as *intrigas* transformarem-se em, ou voltarem a ser, *questões*.

5 Já vemos que a composição pesquisa de campo-etnografia tem duas funções importantes no mundo da escrita: suspeitar das teorias gerais e fornecer teorias insuspeitas.

aos candidatos que não são capazes de saber tudo, de todo mundo, em todos os lugares⁶. Essa parte normalmente compunha-se de duas ou três pessoas e funcionava como a memória circunstancial de quem visitava por votos. Essas pessoas dispunham de informações cruciais como, por exemplo, quem não tinha *compromisso* com outros políticos, quem era parente ou cujo parentesco podia ser *destrinchado* até que se encontrasse o elo ancestral do(a) candidato(a) com a casa visitada e se atribuísse a ele funções atuais.

As informações sobre o *compromisso* eram cruciais para as candidaturas e para as visitas. Não se batia à porta de alguém numa campanha sem que se soubesse se já havia algum vínculo dos moradores com alguma candidatura. Era grave, segundo a etiqueta, invadir a circunscrição de um concorrente, sobretudo, do ponto de vista dos eleitores. Do ponto de vista dos candidatos, podia chegar a ser considerado uma afronta, um *insulto*. O mesmo acontecia para os casos em que deputados estaduais e federais precisavam formar bases num município já “atendido” por algum concorrente. Uma das brigas com mais fortes consequências políticas que pude assistir deveu-se a esse problema. O então prefeito aderiu à candidatura de um deputado federal diferente do aliado do político que o ajudou a se eleger. As consequências foram, como sempre, partidárias e familiares. O prefeito foi totalmente excluído das próximas eleições municipais, mas também da família da qual fazia parte há muitas gerações.

Algumas formas de contornar esse problema, no entanto, sempre estavam disponíveis. As relações de parentesco eram uma delas e já retornarei a ela. Outra delas era a identificação do descuido do político com quem se tem *compromisso*. “A região tá esquecida” foi a frase usada pelos sobrinhos de um candidato a vereador, com diversos mandatos, quando em visita a uma ribeira do município de Serra Talhada, como réplica ao meu argumento: mas nós vamos em Martin Mendes? Lá não é Murilo quem tá cuidando? A refutação ao meu apelo não encontrou eco quando chegamos lá. Várias casas haviam afixado nas portas a *chapa* de Murilo, o que funciona não apenas como apoio visual a quem se dá o voto, mas é também um signo-obstáculo, um espanta-candidato. Essa visitação foi uma lição dupla: ela ensinou o que não se deve fazer durante uma visita por votos e confirmou o que eu havia aprendido e desenvolvido como expertise na política eleitoral. Tudo isso até que o sobrinho do candidato, já a meio do caminho, num sítio, disse as palavras mágicas: “eu sou filho do finado Leopoldo”. O que eu testemunhei foi uma mudança atmosférica. Não vou entrar nesse detalhe e quem se interessar por esse impressionante personagem deverá se dirigir ao *Intrigas e Questões*, de Ana Claudia Marques, onde encontrará uma

6 Um detalhe antes de prosseguir: não vai me custar dizer que fiz inúmeras visitas por votos, em seis eleições nacionais e municipais, com diversos políticos, embora as tenha repetido com alguns poucos, muito atentos à minha pesquisa, ao longo dos anos.

espantosa análise político-biográfica e jurídica das circunstâncias da vida dele. Mas preciso só mencionar que esse homem, além de várias outras coisas, foi um dos mais impactantes cabos eleitorais que a região conheceu. Ele, por si só, é um excelente elo de ligação das duas faces do povo em armas.

Os guias para as visitas são o traço de união entre o esquema segmentar dos bandos e o esquema segmentar dos votos. Essas pessoas, a despeito de trabalharem “os quatro anos” (do mandato) ou alguns meses antes do dia do pleito, garantiram a existência dos votos para a democracia eleitoral no Brasil. Esse estratagema do parentesco e dos laços de solidariedade são frequentes e difundidos no tempo e na geografia brasileiras, como mostram os exemplos de minha pesquisa e, bem mais longe, o trecho do romance *Vila dos Confins*, de Mario Palmério, que se passa em Minas Gerais, escrito na década de 1950.

Durante uma visita por votos já se nota que nem todas as casas, mesmo as abertas às negociações, recebiam a mesma atenção. Quanto mais votos uma casa era capaz de conchamar, quanto mais *prestígio* tivesse, mais tempo lá a visitação expendia. Os percursos eram feitos de modo a comitiva chegar na casa de maior *prestígio*, circular pela região, entrando em cada casa, aceitando o que foi oferecido para comer e beber, sentando-se nos lugares apontados pelos moradores, na hora do almoço. As horas de chegada eram importantes por causa dos horários de trabalho nas roças, sobretudo nos dias de semana. Não era conveniente chegar perto das 13 horas na casa de pessoas que dormiam depois do almoço, nem onde estivesse uma mulher sozinha. Só quem podia conhecer todos esses detalhes eram as pessoas que chamamos em nosso léxico político de “cabos eleitorais”, nome evitado, mesmo que usado em certos casos, entre as pessoas com quem andei. Essas pessoas são muito queridas em suas localidades e, por isso, capazes de angariar eleitores que votam neles, antes que nos candidatos. Dão a estes uma *ajuda em atenção* àqueles. E, no fim da escala eleitoral, dão aos deputados um voto por *confiarem* neste vizinho que pede a eles o voto pedido pelo vereador ao deputado que apoia nas eleições nacionais. As colunas políticas estaduais e federais, em retorno, sobem para o Alto Sertão de Pernambuco para emprestar o seu *prestígio* de estrangeiros às candidaturas municipais. Os vereadores ostentavam as visitas e apoios recebidos, fazendo crescer o seu *prestígio*, mas também o das pessoas que “trabalham para eles”, que faziam parte do seu *grupo*.

Ao longo das visitas expunha-se o mais claramente possível o que é ser recebido numa casa sertaneja, sob a hospitalidade sertaneja e como é possível, com o mínimo de danos, misturar essa noção pura com a poluição obrigatória da política. Pois a riqueza dos sertanejos é a sua capacidade de receber. Os sertanejos podem não receber um leproso e transformá-lo de estrangeiro em parente, como o relato que Meyer Fortes fez do mito

de origem do festival da sementeira entre os Tallensi. Mas a riqueza lá era expressa pela memória de um tempo em que se podia receber visitas à larga; pelo número de tornos de redes de uma casa; pelas panelas cheias de comida sempre no fogo à espera de um hóspede eventual, a qualquer hora do dia ou da noite. As casas “de portas sempre abertas”, em sentido próprio e figurado, eram as casas de *prestígio*. Uma grande amiga, a falecida D. Ernesta Trindade, lamentava-se para mim de todos os objetos, hoje dignos de um museu, garantia ela diante da minha crença inabalável em sua palavra *positiva*, dados a visitantes, apenas porque eles pediram. Não se dizia não a um hóspede, a menos que o pedido fosse insultuoso. Nesse ambiente pretérito e ideal a política precisa entrar sem *insultá-lo* pois, ao mesmo tempo que solícitos, seus anfitriões são suscetíveis aos *insultos*, sobretudo se cometidos por candidatos, fazendo da vontade eleitoral sertaneja uma vontade inconstante. A vontade que comanda o que eu chamei de “política dos eleitores” atende ao *prestígio*, mas apenas quando ela é uma vontade “de vergonha”. Pois a qualificação “um homem”, na afirmação “Roberto é um homem, Claudio é um político”, por exemplo, é uma abreviação da expressão completa “homem de vergonha”. A isso retornarei quando falar do último artigo que escrevi acerca dessa longa etapa de minha pesquisa, quer dizer, de minha vida.

Um “homem de vergonha” recebe, mas também repele. Lévi-Strauss lembrou, mas não antes, talvez, de Émile Benveniste, a escala que vai de um polo ao outro, do hostil ao parente, e que muito há entre uma coisa e outra. Para o caso de Benveniste, que nesse assunto lidou com a Grécia, o *xénos* era o intermediário. E em Platão o problema da hospitalidade era um problema político. Andrew Shryock levou esse tema à comparação entre os Beduínos Balga e os chefes de Estado europeus. Hospitalidade é um problema de afirmação de soberania. Um dos textos fundantes do *Ensaio Sobre o Dom*, a respeito de um contrato entre os Trácios, fala da entrega voluntária e obrigatória da soberania de um rei ao receber em seu palácio uma comitiva estrangeira que deu a ele presentes que só poderiam ser retribuídos se ele próprio se entregasse à servidão de seus hóspedes e, assim, deu-se a eles como escravo. A bibliografia é descomunal, mas confluenta. No sertão a *casa* e a *morada* são lugares de soberania ao ponto de muitas delas, “de primeiro”, serem construídas com *torneiras* nas paredes que faziam as vezes das ameias dos antigos castelos europeus. Através delas introduziam-se os canos dos rifles e dos fuzis para resistir a cercos dos inimigos. As casas, assim como os “homens de vergonha”, eram construídas para “qualquer eventualidade”. Nesse espaço repleto de suscetibilidades, simultaneamente abertos e murados, as candidaturas precisam entrar, precisam falar de política. E quanto mais *prestígio* tivessem os seus moradores, sobretudo o casal, mais delicado seria tocar diretamente no tema da política, por ser coisa de gente “sem vergonha”, *acanhada*, que “não gosta de trabalhar”.

Prestígio pode ser acionado de muito jeito e alocado em muito canto. Mas tem sempre o mesmo sentido: ser atendido, ouvido, poder pedir e receber. E é um modo de distribuir as pessoas, essa região de intensidade característica, indivíduo e a confluência de muita gente posta em cena por recrutamento modular e seletivo⁷. Tanto mais *prestígio* é reconhecido quanto menos se pode negar o pedido que se faz. E ainda mais, quando sequer é exigido que se façam pedidos. É uma riqueza que pode bem ser totalmente desmonetarizada, mas que não prescinde do adensamento das relações circulantes. Algumas das pessoas de mais *prestígio* que conheci dispunham apenas da riqueza de ser “um homem”, “um homem de vergonha”. Em política eleitoral, ser “um homem” opõe-se em absoluto a ser “um político”. E esse é o último aspecto que abordarei exclusivo a esse tema; ele me conduzirá aos resultados que obtive a partir do projeto sobre o impacto dos mortos na vida política dos vivos que fecha o ciclo de toda a pesquisa que realizei no sertão de Pernambuco.

Ser um político e visitar por votos implica, ainda, transformar-se circunstancialmente num não-não-político. A expressão foi roubada da tese de fundo dos trabalhos do siberianista Rane Willerslev a respeito da predação entre os caçadores Yukaguir e associada, em colaboração com Nils Busbant, a um fenômeno político na Indonésia. O “lado sombrio da empatia” foi a expressão que escolheram para mostrar um tipo de relação na qual uma parte engana intencionalmente a outra assimilando-se a ela. Um dos casos é o da caça, o outro, mais interessante para mim, mostra como um partido político iludiu parte da população distribuindo panfletos falsos supostamente redigidos por seu adversário. Nas duas situações, caçadores e caluniadores não se tornam idênticos às suas presas e alvos políticos. No caso dos caçadores, isso é o que Willerslev, baseado no conceito de mimesis, chama de não-não-animal e o que Busbandt emprega para dar sentido às tentativas de sedução, manipulação e interesse próprio: “a incorporação empática de uma perspectiva alheia”. Tanto o caçador é evidentemente um homem vestido de animal, quanto a carta que descrevia os planos cruéis dos cristãos contra os muçulmanos era facilmente identificável como uma carta não-cristã.

Alguma coisa parecida ocorria durante as visitas por votos no sertão de Pernambuco. Durante as visitas é obrigatório que um candidato se pareça a um eleitor (ou a um “homem de vergonha”); mas ele não pode ser igual. Se a aparência equivaler ou for muito diferente, os eleitores não o reconhecerão como parceiro confiável. Ser parecido demais evoca a ideia de votar em si mesmo, um tema bastante discutido no final do século XX no NuAP.

7 Não será dispensável agora declarar a minha completa inclinação ao modo como Gilbert Simondon, o mais radical, completo e novidadeiro relacionista, pensou o processo de individuação como campo de intensidades.

Se muito diferente, a temida distância que se realizará após a eleição se expressa já antes, formando uma barreira cavada pela desconfiança da incompreensão dos problemas locais e da inacessibilidade do político. É por esse motivo, por exemplo, que não se vota em deputados; vota-se no vereador que é apoiado pelo deputado.

A grande diferença entre o que vi no sertão e o que contam Willerslev e Busbandt, é que na *época da política* uns e outros são agentes e vítimas de ilusão e sedução. Promessas e *pantins* da circulação de recursos, provenientes das duas metades do jogo, estão no centro do roteiro de todas as eleições. Os *pantins* são as demonstrações do que não se pode fazer, como as palavras de valentia enunciadas pelo que se chamava “de primeiro” de *parradores*, de palrar, falar sem conteúdo e significação, como fazem os papagaios. Os políticos prometem empregos, obras, melhorias, recursos diversos. Os eleitores prometem votos. Todos desconfiam de todos, o que faz das eleições um *jogo*, uma *aposta*. Aposta no número de votos que se consegue por cada recurso dado, em cada promessa recebida. Mas também aposta mesmo, no número de votos que um candidato vai receber, em que posição vai se encontrar entre seus colegas, se vai eleito ou não. Nunca me dediquei a esse tema, embora o tenha mencionado em alguns textos, mas o prof. Moacir Palmeira escreveu um artigo a esse respeito. O jogo, a aposta, a inconstância da alma dos eleitores, todo esse conjunto de impressões são tão renitentes no “tempo da política” que espanta a manutenção do senso comum acadêmico na crença na imagem de um curral eleitoral e em votos de cabrestos. Essas noções são conhecidas por minhas amigas e meus amigos, assim como as atitudes correspondentes, distinguidas de outros modos de lidar com o problema eleitoral. A imagem do curral eleitoral e dos votos de cabresto são tema da irrisão e de algumas anedotas dos e das sertanejas.

Afinal, muitas das pessoas, as que não se entregavam à compra e venda de votos, prática muito claramente distinguida localmente das circulações de recursos, incluídos entre eles os votos, distinção também insistentemente discutida no ambiente do NuAP na virada do século, tinham uma *fama* a resguardar. Entregar-se à compra e venda de votos é coisa de gente *desmantelado* (assim mesmo, no masculino), de quem é *desacreditado*, de quem é “sem futuro”. E o “sem futuro” é necessariamente sem passado. É sem ser, sem seus mortos.

Vivos e Mortos Vitalizados

O projeto foi também financiado pela FAPESP, posterior ao que se propunha a oferecer uma crítica às noções de clientelismo e patronagem. Seus resultados seriam muito modestos não fosse um evento especial, já conhecido, renovado há vários anos, mas

que há menos tempo ganhou vulto inesperado. Uma missa em homenagem a um homem morto há mais de um século nas caatingas da fazenda Ema, uma das duas mais importantes para as pesquisas que Ana Claudia Marques e eu conduzimos no sertão de Pernambuco. Daquele projeto, dois artigos foram publicados, um na *Revista de História da USP* e outro na revista *Sociologia e Antropologia*.

O primeiro deles, quando eu havia feito apenas a primeira estadia de campo concentrada no tema dos mortos, expôs a situação da pesquisa e seus resultados parciais. Dois foram os objetivos daquele artigo: 1) isolar três modos de mobilização dos mortos e, com mais rigor etnográfico; 2) procurar demonstrar que a mnemotecnica familiar e a genealógica, os mortos, a política e a família são capazes de estabelecer história política e municipal e criar uma forma-Estado peculiar.

Naquela época me dei conta de que ao longo de 15 anos de pesquisa o material que eu havia recolhido falava vastamente dos mortos e de como eles intervinham nas táticas e estratégias político-eleitorais e nas vinganças por meio de dois dos mais importantes aspectos da vida das pessoas: a família e a memória, expressas pela prática da genealogia. Os mortos se expressavam de quatro formas diferentes, quatro aspectos que formam uma teia: 1) lembrados privadamente pelos que os perderam, uma memória das lembranças e do que já não pode mais ser; 2) lembrados por meio da vingança, o que faz dessa modalidade de recordação uma que é a das palavras e das promessas, voltada, portanto, para o futuro; 3) uma relação dos vivos com as almas dos mortos que é detectada pelas pessoas como extinta no cenário urbano, há cerca de uma década, a contar da época da pesquisa e, enfim, a mais relevante para o argumento daquele artigo; 4) a relação entre vivos e mortos na formação dos quadros políticos e candidaturas, em que os ancestrais tornam-se pontos fulcrais, os *troncos*, na capacitação de candidatos. Essa última relação era enunciada sob o nome de “política de família”. Na época de pesquisa (o artigo é de 2015), costumava a ser identificada como uma modalidade em vias de extinção; uma transformação detectada pelas gerações mais jovens e alvo da crítica das gerações mais antigas.

Essas ideias ganharam nitidez no artigo seguinte, publicado em 2020, mas que havia sido submetido à *Sociologia e Antropologia*, parece-me, em 2018. O argumento central do texto gerou a noção de thanasimologia, o dizer os mortos, e, para as circunstâncias singulares do tema da etnografia, a de thanatografia, o relato da morte, que substitui a biografia, o relato da vida de um personagem retirado do esquecimento para a posição de *tronco* de uma enorme *geração*. Uma construção tão inesperada quanto insuspeita, embora facilmente reconhecível, se formou para que isso acontecesse.

O objetivo geral do artigo era o de mostrar a necessidade, tão sincera quanto estratégica, de posicionamento no mundo por meio da constituição e manutenção da memória dos mortos para a fabricação e exaltação de uma *família*. O argumento foi sustentado pelo núcleo etnográfico do texto: o personagem de Totonho do Marmeleiro. Pretendi mostrar que a celebração recém-criada em sua homenagem funcionava como uma mnemotecnica capaz de monumentalizar a memória de um morto que, por sua vez, tornava-se o meio de enfatizar a unidade, a força e as dimensões de uma família há muitas décadas posicionada fora da administração municipal de Floresta, mas também de fazer comunidade e de reunir pessoas em torno de um ritual religioso. A exaltação de um indivíduo é o meio pelo qual uma *família* se faz e se dá a ver publicamente.

Retomando o que eu já havia dito, *família* no sertão de Pernambuco se faz por individualização de um ancestral, quer dizer, de um parente morto. Michel Foucault empregou a expressão “individualização descendente” para distingui-la da fabricada pela tecnologia disciplinar de poder. É um procedimento europeu de constituição de futuro por meio da refacção do passado. A arquitetura do artigo foi feita com a intenção de inseri-lo na discussão que pretende descrever analiticamente os modos pelos quais os vivos mobilizam os mortos em suas próprias vidas conferindo-lhes uma existência de que não disporiam não fossem certas incitações dos vivos uns em relação aos outros em suas vidas cotidianas. E se vou gastar muitas palavras recuperando aqui o detalhe dos argumentos é por acreditar que esse artigo dá o desfecho adequado a tudo o que eu disse até aqui a respeito do que tentei escrever da memória, da família e do parentesco e da política no sertão de Pernambuco. Ademais, essas palavras se prestam a mostrar que o interesse da temática não se circunscreve ao sertão de Pernambuco. Seguindo o que foi dito até aqui, o texto permite encarar de outro modo como se faz a democracia eleitoral no Brasil. Ele se encerra com uma reflexão bastante geral ligando política, família e Estados Nacionais inspirada pela construção de personagens que formam coletividade e circunscrevem pertenças.

Sabemos bem que o modo de individuação dos mortos se faz por meio de suas biografias. A seleção do que fizeram e do que disseram em momentos decisivos de suas existências. Esse é o cerne do caráter do herói no pensamento europeu: ele age e fala. Por suas palavras e ações, é eficaz. François Jullien emprega o pensamento chinês antigo para enfatizar esse traço da ação da imagem do governante. Lá, a ação política era cosmologicamente prejudicial, ao passo que nos Estados ocidentais governar é indissociável da ação. Para Jullien, a figura do herói é a inspiração do nosso modo de pensar e da nossa linguagem mesma (imagine-se viver e falar suprimindo o conceito de ação e se verá o exótico do pensamento chinês antigo em relação ao nosso).

A singularidade do tema de Totonho do Marmeleiro é que sua individualização dispensa o relato da vida dele, assim como as palavras que pode ter dito e as ações que pode ter executado. Antonio da Costa Araújo aparenta-se às figuras e às funções do ancestral fundador, do mártir e do herói, mas distingue-se deles fortemente. Em primeiro lugar, essas três figuras aliam as suas biografias às suas thanatografias, uma complementando o sentido da outra. A thanasimologia, o dizer os mortos, costuma esvaziar a sua eficácia se não está preenchida de atos e palavras realizadas em vida. Thanatografia e thanasimologia são duas palavras que tive de criar para dar conta da especificidade das circunstâncias de monumentalização de Totonho do Marmeleiro e do *Povo da Ema*, os descendentes dele. No caso mais geral de Floresta, o que chamei naquele artigo de “thanasimologia política”, título do artigo, necessariamente baseia-se na vida, mesmo quando a morte é o ponto nodal do relato e o mote da individualização de um morto e sua transformação em *tronco*. As circunstâncias de Totonho do Marmeleiro impedem a realização de uma biografia por nada se saber dele que o singularize, salvo o que gira em torno da sua morte. Daí o apelo posterior, já veremos, à condição mais geral e despersonalizada do vaqueiro como meio de individualização de um personagem nomeado, conquanto desconhecido.

Eu disse especificidade das circunstâncias de Totonho. Especificidade nos dois sentidos opostos da palavra: no de singularidade e no de assemelhável a outras situações. Há vários casos de feitura pública de famílias em Floresta pelo simples motivo, já conhecemos a natureza da relação, de não haver, até 2012, ambiente político-eleitoral fora do parentesco. A pesquisa genealógica e histórica municipal se enlaçam formando uma dupla exigência: 1) os mortos devem ser ditos e lembrados, forjando e temperando a envolvimento de certos descendentes em sua linhagem e estes últimos precisam, por sua vez, habilitados a concorrer a cargos eletivos, devolver aos mortos a possibilidade de entronização num ciclo de mútua transdução; 2) esquecer alguns dos descendentes dos mesmos mortos e de outros mortos, de modo a selecionar, por meio da genealogia, alguns dos pretendentes a cargos políticos. A fabricação da família, por meio da celebração dos e das ancestrais, faz-se, assim, numa tripla inclusão e exclusão, pelo sangue, pelo partido e pela facção. Uma “inclusão disjuntiva”. O conceito de Gilles Deleuze formado a partir de Gilbert Simondon se presta bem aqui.

Específica, vê-se, a situação é recorrente e reconhecível; singular porque difere de tudo o que eu testemunhei em todos os anos que andei por lá e isso por quatro motivos: 1) pela preexistência da família em questão como ramificação da família Ferraz, vastamente reconhecida e constatada pela pesquisa genealógica e, conseqüentemente, pela fixação prévia desse *ramo* sob a biografia de um *tronco* já determinado há várias décadas; 2) pela escolha de um novo *tronco* desvinculado da vida político-partidária e eleitoral; 3)

pelo fato de a base discursiva da constatação do *tronco* não ser a sua biografia, mas a sua thanatografia; 4) porque se esforça em abrir-se a toda a comunidade, esforço expresso pela ligação à figura geral do vaqueiro e não da excludente do político e por se realizar numa celebração católica.

Já retornarei a esses dois últimos temas, mas vale dizer que a missa em homenagem a Totonho do Marmeleiro se deu às vésperas das eleições municipais, o que assustava as e os organizadores: “pelo amor de Deus, sem campanha, sem chapa”, insistia uma delas. O esforço de despolarização do evento era uma exigência mesma da transferência de um tronco pelo outro. Totonho substituíu o Major João Gregório de Souza Ferraz, seu genro falecido em 1933, cuja biografia é não menos celebrizada que sua relevância política. O Major estava a uma pessoa de distância de uma das maiores eminências políticas da época, dos que não viram arranhado o esmalte do seu prestígio na passagem da Monarquia à República, o Coronel Francisco de Assis Rosa e Silva. Contudo, o protagonismo político de João Gregório não fez herdeiros equivalentes porque, assim é entendido pelos descendentes, seu apoio aos Carvalhos e depois aos Novaes (embora ele fosse *ramo* dos Ferraz por matrilinearidade) dividiu a *família*, fazendo-a perder prestígio em ambos os *lados* da política municipal. O que não quer dizer que o povo da Ema não tenha eleito vereadores em Floresta, em Serra Talhada e até em Paulo Afonso/BA. Mas nunca mais fez um vice-prefeito, como chegou a ser o Major João Gregório (sub-prefeito, na época dele). Desculpo-me já por entrar nesses detalhes, eu os considero essenciais para tornar nítido o meu argumento. A relevância do Major mede-se pelo número de descendentes batizados com o seu nome até hoje, mesmo quando se trata de meninas (Gregoriana, por exemplo), e pelo fato de a ribeira, o parentesco e a patronimização de seu segundo prenome identificarem-se ao território, a Ribeira da Ema. Sua biografia dá os traços pelos quais o povo da Ema se caracteriza e se reconhece.

O personagem que substituiu João Gregório, o pai da esposa dele, avô materno de seus filhos, em tudo se lhe opõe. É um defunto do qual não se tinha notícias nem do corpo, nem do sepultamento, nem dos restos, nem do *kolossós*, criado mais de um século após a sua morte. Um *kolossós*, veremos, heterodoxo, sem pedra e sem cal. Suas circunstâncias distinguem-se das dos mortos estudados por uma antropologia que se ateuve aos corpos como possibilidades mnemônicas de atribuição de sentido, de significado e fixação de identidade, como as feitas a respeito da Argentina e dos Balcãs, exigentes de mausoléus, exumação de restos mortais e recomposição da identidade bioquímica que visavam a reparação de danos causados por genocídios. A pesquisa dos traços da vida de Totonho são as menos exigentes e sua aceitação, mais generosa.

A construção desse personagem corresponde ao esquema da feitura do parentesco no sertão de Pernambuco. Ele existiu. Veio do brejo, do município de Triunfo, ligação matrimonial, como mostrou Ana Claudia Marques, recorrente no século XIX e ainda no XX. Veio casar-se, onde fixou residência, com uma das filhas do proprietário da antiga fazenda Algodões, da qual a Ema é um desmembramento por herança. Diz-se dele vaqueiro de profissão, o que é já de si um enigma; sendo brejeiro, não havia lá o que vaquejar. Terá morrido sozinho quando do retorno de uma comitiva, no pé de um pereiro, na exclusiva companhia de seu cavalo e de seu cão fiel, que lhe guardou do ataque dos carcarás. Não há confirmação nem exigência de confirmação dessa história que se tornou conhecida pela boca, pelos esforços e pelos escritos inéditos de meu amigo Napoleão Ferraz Nogueira, seu Napole, neto do Major, que a ouviu do vaqueiro Genésio de Nato (hoje quase um centenário) que a ouviu do avô dele: 'vaqueiro catingueiro como você eu só vi Totonho do Marmeleiro'. Ao ouvir essa recordação, me contou um dos filhos de Napole (tal como registrei em meu caderno de campo) acrescentada à referência "córrego de Totonho", Napole disse: como se chamava? Antonio da Costa Araújo, respondeu Genésio. Araújo era o sobrenome de vários parentes de Napole. "Aí ele foi pesquisar", disse-me o filho, ao contar a história da missa. Foi ao cartório, achou casamento, filhos e propriedades das quais Napole obteve uma indenização pela inundação de Paulo Afonso, na Bahia. Daí foi concebida uma homenagem ao homem esquecido nas caatingas, mas ancestral de uma enorme descendência. Não foi aí que Totonho pôde virar *tronco*. À primeira das missas assistiram 6 pessoas, o padre incluído. Ela tampouco era uma missa de vaqueiro. Era apenas a marcação de um lugar, um *kolossós* sem pedra, a entrada na memória familiar de um personagem até então perdido e esquecido. Era uma celebração contra o esquecimento, o mais triste destino para um sertanejo diante da morte.

Foi a morte de Napole, tornando-o também homenageado, o evento multiplicador da missa anual, cada vez maior, que posicionou Antonio da Costa Araújo como *tronco*. A única marca deixada por ele era a cartorial, vivente de um arquivo morto: registro de nascimento, de casamento, os de nascimento dos filhos e os títulos de propriedade de terras (também incompatíveis com as riquezas de um vaqueiro). A morte de Napole motivou o filho dele a dizer outro morto, bem conhecido, conquanto lateral mesmo em meio ao povo da Ema. A celebração doméstica tornou-se um evento público. Publicou-se um livro de genealogia com reedições anuais, a que se acrescentavam os novos descendentes descobertos, nos quais constavam, até 2016, 2.045 nomes, muitos já recolhidos do site Genealogia Pernambucana, na aba "Famílias Sertanejas" (sim, o sertão também tem o seu *Burke's Peerage*). A organização do evento e as edições do livro revelaram e levaram à missa bisnetos residentes em várias partes do estado que se somaram aos residentes

no sertão de Pernambuco, já conhecidos, os homenageados da edição 2016, além de revelarem descendentes que viviam fora do Brasil.

Eu me alongo demais, mas não posso deixar de efetuar a ligação dessa com toda a história de pesquisa que realizei. A de Totonho mostra uma das tendências da genealogia que a faz repousar nas bases do virtual-integral indiscernível, o todo completo, conquanto indizível, zona de indiscernibilidade anterior à declinação dos nomes e inextensivo do parentesco. Mas mostra também a outra, que faz da história municipal e genealógica um recorte extensivo do estoque virtual do parentesco concernente às pessoas que importam aos conjuntos dos que fazem a história deles e, sobretudo, às *linhagens* e às *casas* em que se inscrevem as e os historiadores. Nesse sentido, a história municipal e genealógica de Floresta é feita nas bases da atividade histórica como a caracterizou Max Weber; seus inventariantes interessam-se por algumas categorias de acontecimentos, mas, sobretudo, por certas pessoas que se poderiam chamar, tanto no vocabulário sertanejo quanto no de Weber, de *povos*. Assim o povo da Ema faz a história do povo da Ema, mas não deixa de ofender-se por ver-se omitido da história do povo de Floresta. História, não deixo perder de vista, quer dizer genealogia. E isso faz da história refém de uma verdade necessariamente territorial, porque a genealogia é sangue e terra.

A mistura e o trânsito constantes de um e outro aspecto da genealogia fazem membranas (como as casas rurais antigas, muradas e permeáveis). Esse esquema a história da missa de Totonho tende a contrariar. O processo de sua transformação em *tronco*, ao contrário dos demais, baseadas na biografia, é a thanasimologia. A morte forjou o seu caráter tomado de empréstimo à figura do vaqueiro, modo de vida que, inversamente, ocasionou a sua morte. Os poetas das toadas que o homenageiam o caracterizam pela sua profissão, fazem a vida dele aderir a qualidades que são as dos vaqueiros. Caracterizam-no também por sua vasta *geração*, pela *raça* que deixou atrás de si e cuja mera reunião já é a expressão da sua glória e da sua grandeza. Na impossibilidade de as demonstrar por sua vida individual, fez-se-o por meio do futuro que plantou e pela marca do vaqueiro. Não foi a vida de Totonho como vaqueiro que talhou a sua homenagem. A expressão cerimonial da consolidação da sua existência só após a morte de Napole foi transformada numa missa de vaqueiro. Houve certa deriva da posição de um ancestral de uma família específica à condição de um personagem a quem se acopla a celebração de um ideal sertanejo, a figura do vaqueiro; uma imagem do próprio sertão, ao mesmo tempo em que se afasta dele a representação de um boiadeiro rico. Totonho do Marmeleiro tem os traços de um ancestral epônimo.

A imagem do Vaqueiro tende à eternidade, conforme mostraram a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Renan Pereira. O vaqueiro é uma imagem, embora em movimento, descarnada dos acontecimentos cotidianos. O couro que lhe reveste a pele o libera dos juízos e das avaliações porque se situa acima delas e lhes fornece os parâmetros relembrados apenas, note-se, quando eles estão na presença pública, mas reservada, num canto não acionado da vontade das vidas dos e das sertanejas. Que lhes acione a imagem do vaqueiro, o ideal é arrastado com ela ao mesmo tempo que a compõe. Quem o vê, e via o desfile, já não observa a passagem de sertanejos, vê o sertão inteiro, indiviso, numa experiência em que o tempo, ao contrário dos animais e dos homens, já não se pode marcar. Na missa do vaqueiro, na liturgia cristã, essa figura conflui com o fundo que a inspira.

Missas de vaqueiros são memoriais sem os monumentos de pedra e cal que homenageiam os vaqueiros que morreram. As missas católicas são todas memoriais ao mais importante de seus mortos, encomendados pelo próprio homenageado, em que a forma da morte que lhe foi dada tornou-se central, mas que não teria alguma importância não fosse o modo como conduziu a sua vida, inclusive na preparação da morte, pois ela abriu-lhe as portas para a ressurreição⁸. Missas de vaqueiros fazem desses personagens, de suas vidas e suas agruras, da humildade e da modéstia, a aproximação do Cristo ao vaqueiro. Nem político nem homem de armas; para fazer família os Ferraz da Ema recrutaram a imagem do vaqueiro – figura humana⁹ mais relevante da ecologia mental do sertão. A modéstia, a mansidão, o comunitarismo dos Ferraz da Ema exigiram uma figura como essa: catingueiro, discreto até o momento de descoberta de sua morte, mas de imensa prole, grandeza de alma e riqueza de espírito.

A contribuição da thanasimologia sertaneja às discussões acerca das relações entre Estado e família é a inversão da fórmula cristalizada em antropologia segundo a qual os Estados Nacionais fazem-se empregando algumas táticas de manutenção. Afinal, duas figuras se desprendem quando o Estado-nação é reclamado numa etnografia que descreve as relações entre memória, homenagens e família: a dos já mencionados heróis e a dos mártires. Totonho, como foi recuperado pelo povo da Ema, é próximo, mas irredutível a esses dois personagens. Totonho assemelha-se aos mártires no aspecto da deriva das personagens cuja face é virada e formada pelo coletivo, como mostram Souza e Ciccarone

8 É bem verdade que o Nietzsche do *Anticristo* constatou que em Paulo “a vida do redentor não podia ser-lhe de nenhuma utilidade, ele precisava da morte na cruz e de alguma coisa mais ainda...”

9 Metahumana, como Anastasia Piliavski emprega o conceito de Graeber e Sahlins na patronagem na Índia? Seria necessário apenas inverter o traço de submissão da figura política metahumana, conforme a etnografia de Piliavski para a Ásia do Sul. Não há submissão exigida na caracterização de Totonho. Sua figura, ao contrário da indiana, escandaliza a política ocidental por desmanchar hierarquias. A despeito disso, segundo a apresentação que ela faz do livro *Patronage as Politics in South Asia*, impressionam as ressonâncias entre lá e cá. Agradeço a Aaron Ansell por essa leitura.

a respeito das romarias no Mato Grosso. A Totonho, por conta de ser passível apenas de uma thanatografia, se lhe impõe a radicalização dessa tendência: o coletivo preenche todas as camadas do indivíduo, torna-o espesso, dá a ele uma biografia impossível de ser resgatada.

Totonho se assemelha aos heróis, sem ser redutível a eles, pois que congregam e formam comunidade. Suas vidas, atos e palavras, vulcanizam-se com certos objetivos de governo das pessoas e das coisas e são transliterados de modo a selecionar um conjunto de imagens e efetuar um feixe de relações de umas às outras. Vimos como Totonho funcionou para agregar, por meio do argumento do sangue, mais descendentes do que o *tronco* anterior do povo da Ema, o Major João Gregório.

Últimas Palavras desde o Pajeú e o Navio

Mas no sertão a nação não é o valor mais universalmente legítimo da vida política, ao contrário da formulação excessivamente geral de Benedict Anderson. Ali, a família e o parentesco não são elementos de um conjunto metafórico e metonímico acionado pelo Estado-nação, como preferiu até recentemente uma certa antropologia do Estado.

O que torna os estudos da família da política e dos mortos em Pernambuco relevantes para os debates concernentes para uma Antropologia do Estado (concluía eu no último artigo publicado a respeito do Sertão Central, em 2020) é sua evidente rearticulação, uns em relação aos outros, e a sua distribuição específica, mais uma vez, nos dois sentidos opostos dessa palavra. No sertão de Pernambuco, a família lança mão de práticas e símbolos do Estado-nação para fazer-se. Ali, o Estado-nação é metáfora e metonímia. As famílias dispõem de heróis capazes de fundar linhagens políticas, de emprestar coragem e competência a descendentes por meio de seu *sangue*, de seus enunciados e de suas batalhas. Estes últimos dedicam àqueles homenagens, canções e celebrações. Esse é o tema mais geral da veneração aos ancestrais. No sertão, veneram-se os que se ligam a si, de modo que a recordação se reverte num fluxo mútuo de lembranças e *prestígio*. Isso se fez com personagens públicos por conta de suas ações públicas, recordados em virtude de seu impacto público. Ao longo de duas décadas de pesquisa, eu só havia testemunhado esse esforço triunfar *braiado* com a atividade pública por excelência: a política.

Aqui se encontra a singularidade da celebração dos Ferraz da Ema. Um desvio não-político, simultaneamente religioso e ligado à mais profunda e impactante tradição sertaneja: o vaqueiro. Essas duas figuras inquestionáveis, o Cristo e o Vaqueiro, circunstancialmente de alcance geral e inclusivas, permitem a adesão completa de não importa que família precisamente porque a produção não se dá em meio à disputa

e à concorrência. A paz e a hospitalidade formam, para os Ferraz da Ema – fazendo a transposição funcional e terminológica que o artigo propõe – o seu caráter nacional, a sua cultura personificada. “O caso de um povo que gosta de atribuir-se qualidades e glórias ignoradas por outros povos não é totalmente novo na história”, escreveu James Joyce em 1907 a respeito dos irlandeses.

Aqui se fecha todo o argumento que se inicia no micro-grupo de base familiar, passa pelo inspetor de quarteirão, atinge as possibilidades de colecionar votos e de fazer eleitores, até à exposição nua de um modo original, mas absolutamente reconhecível (e a adesão a ele é de si mesmo o signo do reconhecimento) de se fazer família a partir do todo virtual, pré-nominal, pré-discursivo e imprevisível do parentesco.

Não haverá meios mais eficazes de combater o primado da patronagem do que a etnografia baseada na pesquisa prolongada de campo, de construir uma crítica nominalista, como a que Paul Veyne aconselha em *O Pão e o Circo*. Quer dizer, no engajamento mais próximo possível aos modos como se vive num determinado lugar e que presidem as distribuições dos existentes e as decorrentes deliberações.

Foi exatamente esse aspecto fulcral da política e do poder, sua distribuição e deliberação variáveis, que as teses marcadas pelos conceitos de patronagem e clientelismo perderam de vista.

Recebido em 20 de maio de 2024.

Aceito em 07 de junho de 2024.

A Antropologia do Sertão de Pernambuco Pajeú e Navio

Resumo

Este texto é a condensação de 20 anos de pesquisas nas regiões do Pajeú e do Navio, no Sertão de Pernambuco. Desde 1999 até 2018 efetuei diversos períodos de pesquisa de campo baseados em três municípios situados nas microrregiões do Pajeú e de Itaparica, macrorregião do Sertão. Publiquei 3 livros e inúmeros artigos a respeito da política eleitoral, da administração pública da violência e dos mortos, numa circunscrição cronológica de 120 anos. Aqui, pretendo expor os conceitos que se desprenderam ou que foram expostos por essa longa convivência e mostrar como eles, ao longo de duas décadas, se fecundaram e dilataram uns em contato com os outros. As páginas que se seguem são um fragmento reelaborado do Memorial que preparei para meu exame de Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos.

Palavras-chave: Sertão; Pernambuco; Política; Família; Violência.

The Anthropology of Pernambuco's Sertão Pajeú and Navio

Abstract

This text is the culmination of 20 years of research in the regions of Pajeú and Navio, in the Sertão of Pernambuco. From 1999 to 2018, I carried out several periods of field research based on three municipalities located in the Pajeú and Itaparica micro-regions, the Sertão macro-region. I have published three books and numerous articles on electoral politics, public administration, violence and the dead, spanning 120 years. Here, I intend to represent the concepts that have emerged or been exposed by this long coexistence and show how, over the course of two decades, they have fecundated and expanded in contact with each other. The following pages are a reworked fragment of the Memorial I prepared for my exam as a Full Professor at the Federal University of São Carlos.

Keywords: Sertão; Pernambuco; Family; Politics; Violence.